



PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
Seção de Administração Financeira e Patrimonial - SSJ de Uberlândia
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UBERLÂNDIA

ENCAMINHAMENTO - SJMG-ULA-SEAFI

Ilustríssimo Senhor

Raimundo do Nascimento Ferreira

Diretor da Secretaria de Administração do Foro

Seção Judiciária de Minas Gerais

BELO HORIZONTE - MG

Encaminho a Vossa Senhoria os presentes autos e os documentos a ele anexos, solicitando autorização para a aquisição de 20 (vinte) bandeiras, do município de Uberlândia, destinadas a instalação nos mastros localizados na portaria principal, nos gabinetes dos juízes federais e nas salas de audiências, da Subseção Judiciária de Uberlândia, **a ser realizada através de dispensa de licitação**, conforme artigo 72, VII, e artigo 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

A contratação faz-se necessária tendo em vista que as bandeiras, do município de Uberlândia, em uso estão danificadas e desbotadas pelo tempo, desfigurando os layouts dos mastros, tanto no mastro externo da portaria principal, quanto nos mastros internos dos gabinetes dos juízes federais, das salas de audiências e dos 02 (dois) auditórios desta Subseção; pontuando ainda que não há em estoque no almoxarifado da Seção Judiciária, em Belo Horizonte, a referida bandeira.

O valor total da contratação é de R\$ 2.440,00 (dois mil quatrocentos e quarenta reais - id. 1232280).

(Conforme Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - id. 1232306).

Se possível, solicito autorização para que a contratação ocorra mediante **dispensa de licitação, sem disputa eletrônica**, pelos motivos que seguem:

1 - Considerando imprescindibilidade da contratação para restaurar os layouts dos mastros instalados nesta Subseção;

2 - Considerando que para o Tribunal e a Seção Judiciária de Minas Gerais o custo processual é diretamente proporcional ao tempo despendido no processo administrativo da contratação, o que para as contratações eletrônicas com valores relativamente baixos geram uma sobrecarga que alcança todos setores, administrativos e jurídicos, envolvidos nas contratações, período este decorrente da elaboração e da conferência dos documentos adicionais, bem como na tramitação, análise e aprovação pela autoridades competentes, na execução dos procedimentos e prazos legais exigidos no portal de compras públicas, destacando as publicações e os decursos de prazos nas etapas dos lances, das adjudicações,

das homologações e das fiscalizações complementares que o processo de dispensa eletrônica com disputa requer.

3 - Considerando que o orçamento de menor valor R\$ 2.440,00 (dois mil quatrocentos e quarenta reais - id. 1232280), da empresa J. M. GRANDI - ME, foi comparado e balizado por pesquisas de preços públicos e por outras propostas obtidas com fornecedores locais/nacionais, o que permitiu a mitigação da possibilidade da ocorrência de preços acima do mercado (id. 1232295).

4 - Considerando, ainda, que o valor da contratação é relativamente baixo, representando apenas 4,84% do limite legal previsto no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, e bem inferior ao limite de 33% recomendado pela Subsecretaria de Licitações e Contratos - SULIC/SECOF/TRF6 na INFORMAÇÃO id. 0943667, nos autos do PAe/SEI nº 0007757-55.2024.4.06.8001) para as solicitações de dispensas sem disputa eletrônica. Assim, a economia que poderia ser obtida pelo uso da dispensa eletrônica com disputa não fará frente ao aumento do custo administrativo gerado na Subseção e nos setores envolvidos do TRF6/SJMG, evidenciando-se, assim, ser a melhor opção, a mais eficiente e a menos onerosa para a Administração, para a obtenção do objeto requerido, s.m.j., a contratação por dispensa de licitação sem disputa eletrônica.

Havendo autorização para a realização da contratação nos termos propostos, a mesma deverá se efetivar com a empresa **J. M. GRANDI - ME, no valor de R\$ 2.440,00 (dois mil quatrocentos e quarenta reais - id. 1232280)**, por ter apresentado o menor preço dentre os 04 (quatro) orçamentos obtidos no mercado local.

Em anexo, em plena validade, os documentos e as certidões comprobatórias da regularidade fiscal da empresa, conforme segue:

- 1) CND Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa União, expedida pela Receita Federal Brasil (1232316);
- 2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho (1232316);
- 3) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), expedido pela Caixa Econômica Federal (1232316);
- 4) Certidão do Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN (1232320);
- 5) Certidões TCU, CGU, CNJ e Portal da Transparência (CNPJ e CPF) (1232317);
- 6) Consulta ao Cadastro de Optantes pelo Simples Nacional (1232324).

Atenciosamente,

JEFFERSON ALBERTO SILVA CARVALHO
Supervisor da SEAFI da SSJ de Uberlândia
-documento assinado eletronicamente-



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Alberto Silva Carvalho, Supervisor(a) de Seção I**, em 07/08/2025, às 15:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
1232329 e o código CRC **FF10EF02**.

Av. Cesário Alvim, 3390 - Bairro Brasil - CEP 38400-696 - Uberlândia - MG

0002836-19.2025.4.06.8001

1232329v24